

MAPA DA RIQUEZA

Santa Cruz tem a 71ª maior renda no Brasil

Estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que a média entre a população do município é de R\$ 2.130,66

Otto Tesche
otto@gazetadosul.com.br

A população de Santa Cruz do Sul tem a 71ª maior renda média entre todos os

municípios brasileiros e a 17ª em todo o Rio Grande do Sul, conforme o Mapa da Riqueza, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado na semana passada. O levantamento mostra que a renda média na Capital do Tabaco é de R\$ 2.130,66, com base em números do Imposto de Renda de 2020.

Entre a população de Santa Cruz do Sul, 22,7% são declarantes do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), ficando na 34ª posição do ranking entre os 497 municípios gaúchos e em

112ª entre os brasileiros. A renda média dos declarantes é de R\$ 9.385,50 e o patrimônio líquido, de R\$ 382.861,46.

A renda média da população do município aumentou 2,27% em relação a 2019 (13º no Estado e 66º no País) e o patrimônio líquido médio, 7,95% (20º no Estado e 77º no País). Entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, Santa Cruz do Sul está na 47ª posição entre os que possuem renda média da população mais alta e em 37ª se for considerado

o patrimônio líquido médio.

A renda média da população brasileira em 2020 foi de R\$ 1.310,00, enquanto a do Rio Grande do Sul, de R\$ 1.672,93. O Estado é o quarto no ranking nacional com as maiores médias, atrás de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Já o patrimônio líquido médio da população brasileira é de R\$ 47.432,00 e do Rio Grande do Sul, de R\$ 64.113,00.

O estudo mapeia fluxos de renda e estoques de ativos dos

mais ricos brasileiros a partir do último IRPF disponível. A análise é útil para desenho de reformas nas políticas de impostos sobre a renda e sobre o patrimônio. “Assim, podemos pensar os critérios para declaração do Imposto de Renda como uma linha de riqueza que permite identificar os residentes no País com maior poder de compra”, ressalta o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social e Fundador do Centro de Políticas Sociais (FGV Social/CPS).

DADOS DA REGIÃO

| Municípios | Renda média da população | | | Patrimônio líquido médio da população | | |
|--------------------------|--------------------------|-----------|-----------|---------------------------------------|-----------|-----------|
| | R\$ | Class. UF | Class. BR | R\$ | Class. UF | Class. BR |
| Arroio do Tigre | 517,85 | 420 | 2.349 | 17896,58 | 383 | 1862 |
| Barros Cassal | 396,04 | 458 | 2.856 | 13.788,71 | 429 | 2.275 |
| Boqueirão do Leão | 428,24 | 449 | 2.718 | 16.942,82 | 397 | 1.949 |
| Candelária | 677,02 | 349 | 1.726 | 20.507,81 | 354 | 1.633 |
| Cerro Branco | 348,95 | 472 | 3.077 | 7.109,55 | 486 | 3.110 |
| Encruzilhada do Sul | 645,58 | 366 | 1.826 | 19.483,35 | 366 | 1.708 |
| Estrela Velha | 741,73 | 319 | 1.506 | 33.755,01 | 221 | 820 |
| General Câmara | 839,56 | 277 | 1.233 | 12.245,09 | 445 | 2.454 |
| Gramado Xavier | 341,84 | 474 | 3.112 | 11.054,24 | 454 | 2.610 |
| Herveiras | 311,16 | 483 | 3.253 | 7.961,53 | 477 | 2.995 |
| Ibarama | 330,82 | 479 | 3.165 | 9.538,14 | 463 | 2.791 |
| Lagoa Bonita do Sul | 267,30 | 487 | 3.513 | 8.377,14 | 473 | 2.926 |
| Lagoão | 264,05 | 490 | 3.535 | 7.508,75 | 481 | 3.060 |
| Mato Leitão | 717,52 | 330 | 1.578 | 24.249,06 | 316 | 1.350 |
| Pantano Grande | 749,00 | 315 | 1.478 | 20.509,84 | 353 | 1.632 |
| Passa Sete | 248,21 | 491 | 3.620 | 9.732,67 | 461 | 2.767 |
| Passo do Sobrado | 509,10 | 424 | 2.389 | 16.622,33 | 401 | 1.979 |
| Rio Pardo | 782,59 | 297 | 1.381 | 20.812,03 | 352 | 1.597 |
| Salto do Jacuí | 898,69 | 253 | 1.080 | 22.721,87 | 330 | 1.454 |
| Santa Cruz do Sul | 2.130,66 | 17 | 71 | 86.915,80 | 21 | 71 |
| Segredo | 372,14 | 468 | 2.961 | 11.807,04 | 447 | 2.508 |
| Sinimbu | 432,20 | 447 | 2.699 | 16.011,89 | 406 | 2.044 |
| Sobradinho | 925,89 | 235 | 1.022 | 30.437,32 | 259 | 989 |
| Tunas | 176,73 | 497 | 4.193 | 10.322,16 | 457 | 2.694 |
| Vale do Sol | 324,36 | 480 | 3.193 | 10.815,24 | 455 | 2.641 |
| Vale Verde | 420,77 | 454 | 2.754 | 12.771,26 | 439 | 2.387 |
| Venâncio Aires | 954,15 | 223 | 959 | 34.266,51 | 213 | 799 |
| Vera Cruz | 792,46 | 292 | 1.356 | 25.862,57 | 294 | 1.249 |

Fonte: FGV Social/CPS a partir dos dados do IRPF e da população (TCU/IBGE)

NO ESTADO



Ranking dos municípios com maiores rendas médias da população

- 1) Nova Alvorada
- 2) Porto Alegre
- 3) Santa Bárbara do Sul
- 4) Bento Gonçalves
- 5) Gramado
- 6) Não-Me-Toque
- 7) Lajeado
- 8) Carlos Barbosa
- 9) Garibaldi
- 10) Porto Xavier
- 11) Colorado
- 12) Flores da Cunha
- 13) Santa Maria
- 14) Ivoti
- 15) Passo Fundo
- 16) Nova Petrópolis
- 17) Santa Cruz do Sul
- 18) Quinze de Novembro
- 19) Ibirubá
- 20) Erechim
- 21) Caxias do Sul

Fonte: Mapa da Riqueza/FGV

Tunas possui a menor renda média entre todos os municípios do Estado

Entre todos os 28 municípios do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra, Santa Cruz do Sul é o único com renda média da população superior à média estadual. Tunas tem a menor renda média do Estado, com apenas R\$ 176,73. Outras três localidades da região aparecem entre as dez piores colocadas no Rio Grande do Sul: Passa Sete, na 491ª posição (renda média de R\$ 248,21); Lagoão, em 490ª (renda média de R\$ 264,05); e Lagoa Bonita do Sul, em 487ª (renda média de R\$ 267,30).

A desigualdade de renda no País é ainda maior do que o imaginado. Essa é a principal conclusão

do estudo da FGV Social unindo a base de dados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) à da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se a fotografia da distribuição de renda é péssima, o filme da pandemia também é, conforme o estudo da FGV. Mesmo com o Auxílio Emergencial, ao contrário do que se acreditava, a desigualdade brasileira não caiu durante a pandemia. Pela abordagem usual, o Gini – instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo – teria caído de 0,6117 para 0,6013.

De acordo com o estudo, o contingente de pessoas com renda domiciliar per capita de até R\$ 497,00 mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021, o que representa 29,6% da população total do Brasil. Em dois anos (2019 a 2021), 9,6 milhões de pessoas tiveram sua renda comprometida e ingressaram no grupo de brasileiros que vivem em situação de pobreza.

“A pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021, desde o começo da série histórica da PNADC em 2012, perfazendo uma década perdida. Demonstramos neste trabalho que

2021 é ponto de máxima pobreza dessas séries anuais para uma variedade de coletas amostrais, conceitos de renda, indicadores e linhas de pobreza testados”, destaca o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

O objetivo da pesquisa é avaliar o nível e a evolução espacial da pobreza durante os últimos anos no Brasil, usando os microdados da PNAD Contínua Anual, recém-disponibilizados pelo IBGE. O FGV Social explorou, inicialmente, o cenário básico dos grandes números da pobreza nacional. Após essa primeira análise, o estudo fez a espacialização

desses números em unidades da federação e estratos geográficos, que constitui a principal contribuição do levantamento. Na etapa final, foi fornecida uma visão de prazo mais longo conectando com resultados anteriores.

“Mapeamos a influência das escolhas metodológicas usadas na medição e de uma miríade de linhas de pobreza nacionais e internacionais nos resultados encontrados. Os maiores níveis e incremento da pobreza na pandemia são robustos. Eles pintam o mapa da pobreza brasileiro em tons mais fortes de tinta fresca”, complementa Marcelo Neri.